

Conhece bem a sua praia? Seja um vigilante e parta já à descoberta

Geota

Já percorreu a praia, durante a maré baixa e, observou e analisou os seres vivos das poças de maré? Os seres vivos que estão na areia? Até onde chega a maré cheia? Os Substratos de rocha, areia, silte? Qual a qualidade ambiental das entradas de água? Microplásticos, mesoplásticos!? Qual a origem dos Resíduos na praia?? Erosão costeira!? Pressão antrópica sobre o Litoral!? Uma App gratuita para fotografar e eventualmente localizar a origem dos microresíduos!?

Qualquer pessoa pode ser vigilante do litoral e participar na Monitorização Ambiental Coastwatch que é divertida, interativa, exploratória e muito importante para a recolha de informação de valor científico para INTERVENÇÃO junto dos principais DECISORES.

Os dados recolhidos são posteriormente inseridos numa base de dados nacional, analisados e divulgados.

Já há 27 anos em Portugal, o Projeto Coastwatch é coordenado pelo GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e participam milhares de pessoas anualmente. O Projeto não seria possível sem a existência dos Coordenadores Regionais - Municípios, ONGs, Escolas, ICNF, CNE, Associações, que dão apoio às ações de monitorização Coastwatch nas suas áreas costeiras.

Anualmente são lançadas as Campanhas de Monitorização Coastwatch fora da época balnear e explorando diferentes temáticas sempre relacionadas com o Litoral.

Os materiais do Projeto Coastwatch (mapa das faixas costeiras de 500m, fichas informativas, a App dos microresíduos, a ficha de inscrição, o questionário Coastwatch, o formulário para introdução dos dados, os resultados da campanha coastwatch anterior) são gratuitos e estão todos disponíveis no site <http://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal>

Para participar:

1. Aceder ao site **coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal**;
2. No mapa das unidades de monitorização, escolher a(s) faixa(s) costeira(s) de 500m que pretende monitorizar;
3. Proceder à inscrição;
4. Receberá a(s) fita(s) para análise de nitrato(s) na(s) entrada(s) de água da praia;
5. Realizar a saída de campo na maré baixa, com o questionário Coastwatch (em papel ou digital);
6. Inserir os dados;
7. Tirar fotos e partilhar esses momentos magníficos.

Eventuais dúvidas ou questões poderão ser remetidas à Equipa Coastwatch coastwatchnacional@gmail.com

ou geota@geota.pt ou 262881790, 213956120, 935373571.

A Campanha Coastwatch 2016.2017 decorre sob o tema "Turismo Sustentável no Litoral" e ambiciona-se celebrar a riqueza dos recursos naturais do Litoral Português e refletir sobre as implicações das atividades turísticas nos ecossistemas costeiros. O Oceanário é o patrocinador oficial da atual Campanha Coastwatch que teve início em Setembro e termina no 27º Seminário Coastwatch, sob o mesmo tema, no Oceanário de Lisboa, nos dias 6, 7 e 8 de julho e incluirá sessões temáticas, workshops, uma visita ao oceanário e uma saída de campo com monitorização Coastwatch. Haverá um espaço para apresentação de posters técnico-científicos e de educação para o desenvolvimento sustentável dentro das temáticas do evento. Qualquer pessoa pode participar no Seminário Coastwatch. Constitui uma ação de formação creditada para Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário (número de créditos: 1,0 | nº de registo de acreditação CCPFC/ACC 92305/17). Mais informações em <http://www.geota.pt/scid/geotawebpage/> PARTICIPE, MOBILIZE E DIVULGUE o Projeto de Educação Ambiental e Ciência Cidadã Coastwatch.



JORNAL DA CAUSA

#01 JUNHO DE 2017 Distribuição gratuita.

Prospecção e Extração de Hidrocarbonetos e Avaliação de Impacto Ambiental

Sara Lopes
PALP

A 2 de Junho de 2017 foi publicada a Lei 37/2017 que consiste na 3.ª alteração ao D. L. 151-B/2013, de 31 de Outubro, que regula a sujeição a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) de projectos privados e públicos susceptíveis de produzirem impactos significativos no ambiente.

Foi propalada como muito positiva nos jornais quando na realidade não o é! Vejamos:

I - Antes, eram obrigados a AIA apenas os projectos de extração de hidrocarbonetos, acima de determinadas quantidades extraídas. Agora, são-no os projectos de extração para qualquer quantidade extraída (por meios convencionais ou não convencionais, incluindo o fracking) e passaram também a ter AIA obrigatória as pesquisa e ou prospecção, quando utilizem meios não convencionais; já quando previrem a utilização de meios convencionais, que são os mais usuais, os projectos serão analisados caso a caso, sobre a sua sujeição ou não sujeição a AIA. Perguntamos: por que razão foi deixada esta porta aberta à aprovação de concessões?

II - A apreciação prévia destes projectos de pesquisa e ou prospecção passou a incluir um período de consulta pública não inferior a 30 dias. A única consulta pública que existiu no âmbito da luta anti-petróleo ocorreu em Agosto de 2016 e juntou 42.295 objecções à emissão de licença ao consórcio ENI-GALP para fazer o furo em frente a Aljezur contra 4 pareceres favoráveis, numa proporção de mais de 10.000 contra 1. Ainda assim, a Ministra do Mar confirmava nos EUA, poucos dias depois do término da consulta, que o furo seria realizado e, em Janeiro de 2017, a consulta foi ignorada e foi emitida a licença. Perguntamos: que peso têm as consultas públicas, então, no processo de decisão? É esta a importância atribuída à participação democrática dos cidadãos e entidades nestas matérias?

III - Vai ser criada uma comissão técnica de acompanhamento dos contratos em vigor e os mesmos não passam para a fase subsequente ou não terão os seus planos e projectos de trabalho e plano de produção aprovados sem se sujeitarem ao regime de AIA.

Ficam dispensados da AIA os projectos que já "[tenham] sido aprovados favoravelmente [e que] mantenham a nível ambiental, os respectivos pressupostos de facto e de direito no pedido de renovação de licença ou de continuação de trabalhos".

Perguntamos: por que motivo não são obrigados a AIA os contratos em vigor na sua fase actual (como o contrato da ENI-GALP, que vai na fase de prospecção)? Por que razão não foi proposta a revogação do D.L. 109/94, de 26 de Abril (que regula as actividades de prospecção e extração de hidrocarbonetos), de forma a assegurar que no futuro não sejam feitas mais concessões para estes fins? Para a PALP, a Lei 37/2017 mais não faz do que reforçar o D. L. 109/94; não esqueçamos também que avance qualquer concessionária com a prospecção e já nada a deterá, pois cada um dos contratos é um ACTO ÚNICO que contempla todas as fases (pesquisa, prospecção, desenvolvimento e produção).

CROWDFUNDING

A PALP nasce em 2015, aquando da manifestação do "Dia mundial para o desinvestimento fóssil": a luta levada a cabo em todo o mundo contra as alterações climáticas, provocadas pelas emissões de CO2 resultantes da queima de combustíveis fósseis, teria de ser local. Reúne organizações, associações nacionais e internacionais, bem como cidadãos comuns em torno do objectivo de travar a prospecção e a exploração de petróleo e gás no Algarve.

Alguns dos contratos de prospecção e produção de petróleo e gás foram cancelados, mas há particularmente

um que permanece activo, ao largo de Aljezur, além de outros oito contratos no Centro e Norte.

A par do trabalho de sensibilização popular e de contestação junto dos órgãos decisores, foi tempo de avançar para os tribunais! A PALP interpôs uma providência cautelar no final de Abril de 2017 contra o Governo português (contra o Ministério do Mar e a Direcção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, a DGRM) para impugnar o acto administrativo que permite ao consórcio ENI/Galp os trabalhos de prospecção ao largo do

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. **E é aqui que precisamos da sua ajuda. Os custos dos tribunais e advogados ascendem a vários milhares de euros.**

POR FAVOR APOIE-NOS E FAÇA O SEU DONATIVO, ATRAVÉS DE UMA TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NO SITE INDIEGOGO:
<http://crowdfunding.palp.pt/info/>

Site www.palp.pt
Email palpalgarve@gmail.com
Facebook [AlgarveLivreDePetroleo](https://www.facebook.com/AlgarveLivreDePetroleo)

Quando vai Portugal apostar nas energias alternativas?

Ana Matias e Gonçalo Carvalho
Sciaena – Associação de Ciências Marinhas e Cooperação



É do acordo mais ou menos global que a rápida progressão das alterações climáticas é real e que irá afetar toda a população humana no decorrer das próximas gerações.

Reconhecendo isto mesmo, os líderes mundiais concordaram, em dezembro de 2015, que estava na altura de travar o aumento da temperatura global. Na COP21, 195 países assinaram o Acordo de Paris que, entre outros objetivos, pretende assegurar que o aumento da temperatura média global fica abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Portugal foi um destes países e o Ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, defendeu que Portugal estava preparado para cumprir as principais decisões do acordo contra as alterações do clima, nomeadamente em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, deixando de utilizar energias fósseis em 2050.

Portugal tem, a partir de agora, 33 anos para honrar este compromisso internacional.

Apesar do compromisso político já de longa data de Portugal com o Protocolo de Kyoto e com as negociações que se seguiram, a poucos meses antes da COP21, um conjunto de entidades e cidadãos sentiu necessidade de fundar a Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP). O irónico antagonismo tem motivado o início de muitos movimentos similares (agora espalhados por todo o país) e tem gerado indignação por parte de cidadãos que não compreendem como é que um país que depende tanto de atividades como a pesca e o turismo (e sem tradição na exploração petrolífera), está – no século XXI e ratificando o Acordo de Paris – a virar-se para a prospeção e exploração de hidrocarbonetos.

Numa altura em que, por todo o mundo, se procuram energias

alternativas que substituam os combustíveis fósseis – e, mais uma vez, tendo assumido um claro compromisso nesse sentido –, o Governo português faz uma aposta clara na exploração de hidrocarbonetos. Sabendo que o uso de combustíveis fósseis é responsável por uma parte significativa do aquecimento global e pela destruição de habitats ecologicamente sensíveis e economicamente fundamentais para a população humana, Portugal deveria tomar passos concretos no sentido de aproveitar as fontes de energia renováveis que existem na extensa zona marinha sob a sua jurisdição. Um primeiro passo deveria ser o desenvolvimento de investigação e projetos piloto de aproveitamento de energia solar, das ondas e das marés, entre outras, criando condições para fazer do nosso país um pioneiro a nível mundial nesta área. Isto permitiria não só o aproveitamento dos recursos energéticos e uma maior independência a este nível mas também a exportação de conhecimento e tecnologia para outros países.

No entanto, apostar na inovação e na capacitação dos recursos humanos não é uma responsabilidade exclusiva do Governo. Nas nossas escolhas diárias, temos a hipótese de contribuir para um futuro sustentável. Enquanto cidadãos, é tentador não nos preocuparmos e deixarmos-nos levar pela confortável ilusão de que não temos o poder de travar o processo. Movimentos como a PALP, que tem encabeçado a luta contra a exploração petrolífera, têm demonstrado o contrário e 42 mil objeções ao chamado furo de Aljezur bem como as demonstrações públicas de descontentamento atestaram que a cidadania ainda pode ser ativa e que há compreensão sobre os conceitos de «domínio público» e «bem público».

O Problema das Alterações Climáticas

Filipe Carvalho
Climáximo

As alterações climáticas são de longe o maior desafio da humanidade até hoje. Desde a revolução industrial que são emitidos para a atmosfera os Gases de Efeito de Estufa (GEE), como o dióxido de carbono, de forma contínua e progressiva. O resultado do acumular destes gases na atmosfera desde o século XVIII é o conhecido aquecimento global. Resumidamente, a presença destes gases na atmosfera impede que a Terra arrefeça porque retém o calor – tal como uma estufa.

Assim como quase tudo na Natureza, existe uma quantidade “ótima” de GEE na atmosfera que permite que o planeta seja temperado, permitindo a existência de vida tal como a conhecemos. É um equilíbrio mantido entre os processos naturais que absorvem dióxido de carbono da atmosfera e os que emitem. No entanto as emissões humanas estão a perturbar este equilíbrio e a acelerar para décadas algo que tipicamente demora centenas de milhares a milhões de anos a dar-se: mudanças de clima.

A ciência diz-nos que para termos um planeta com condições habitáveis, precisamos de limitar o aquecimento

global a menos de 2°C relativamente aos valores pré-Revolução Industrial. Exceder este limite implica uma muito forte possibilidade de mecanismos naturais entrarem em ação, acelerando ainda mais, de forma incontável, as alterações climáticas. Isto implica que temos um orçamento de emissões: podemos emitir no total cerca de um bilião de toneladas de GEE, até atingirmos o referido limite. Este número pode parecer grande, mas em 2011 já tínhamos esgotado mais de metade do plafond. Se nada for feito, excederemos este limite já em 2045. Isto quer dizer que os próximos 20 anos são decisivos: ou reduzimos eficazmente as emissões de GEE, ou entraremos num período histórico muito difícil.

As consequências disto são globais. No entanto, as populações mais pobres estão mais desprotegidas e mais suscetíveis às alterações climáticas, porque não têm como se defender. Ironicamente, os países que hoje são ricos, são-no à custa do desenvolvimento económico ligado às emissões de GEE, sendo os maiores contribuidores para este problema e

também, por essa mesma razão, os mais protegidos contra ele. Significa isto que existe uma responsabilidade histórica de os países ricos estarem na vanguarda da redução de emissões e de ajudar em simultâneo os países mais pobres a transitarem para uma economia de baixas emissões.

Portugal tem a sua parte para cumprir. Precisamos de reduzir as emissões nacionais entre 60% e 70% durante os próximos 15 a 20 anos. Precisamos de produzir eletricidade renovável, transportes públicos eficientes, maior eficiência energética nos edifícios e requalificar a indústria e a agricultura. Nada disto é compatível com os projetos de exploração de petróleo e gás em território nacional. No cenário atual, em que 80% das reservas de combustíveis fósseis já conhecidas não podem ser exploradas, procurar novas reservas é suicida. É imperativo impedir a exploração de petróleo e gás em Portugal e as populações devem fazer todos os possíveis para a travar. Mudem o sistema, não o clima!

O ruído das atividades petrolíferas é insuportável

Manuel Vieira
Almargem

As atividades associadas à pesquisa, à prospecção, ao desenvolvimento e à produção de hidrocarbonetos são grandes contribuidores na poluição sonora dos oceanos. O efeito do ruído não é ainda completamente conhecido, mas é uma das grandes preocupações da comunidade científica. Sabe-se que pode ter impactos no comportamento e na fisiologia dos animais, diminuindo a sua aptidão.

Nas atividades de pesquisa e prospecção de petróleo e gás natural, a técnica mais utilizada é a chamada pesquisa sísmica com “air-guns”, que consiste na produção de som através da introdução de ar na água, a alta pressão. Cada impulso de ruído é caracterizado por uma intensidade muito elevada, uma ampla banda de frequências e uma duração de 20 a 30 milissegundos e é repetido, em média, a cada 10 a

15 segundos, muitas vezes, durante 24 horas por dia. Cada campanha de pesquisa pode durar várias semanas. É impensável que este tipo de atividades possa ocorrer sem uma avaliação de impacto ambiental ou estudos que possam descrever os impactos na fauna marinha. A Diretiva-Quadro Estratégia Marinha assume a poluição sonora como uma prioridade.